

JOSELI LIMA MAGALHÃES

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco
Professor Assistente de Direito Civil da Universidade Federal do Piauí e
da Universidade Estadual do Piauí.
Professor de Teoria Geral do Direito da Escola Superior da Magistratura
do Estado do Piauí.
Advogado.

DA RECODIFICAÇÃO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Editora Lumen Júris

Rio de Janeiro, 2006

SUMÁRIO

Prefácio	xiii
Nota do Autor	xvii

Capítulo I - As Influências da Codificação Francesa e Alemã na Codificação do Direito Civil Brasileiro

	1
1. A influência exercida pela Escola da Exegese na codificação do Direito Civil Brasileiro	3
1.1. O Código Civil Francês como primeiro código na acepção estrita do termo	3
1.2. A codificação francesa como ideário do positivismo jurídico: a utilização da equidade pela magistratura francesa	5
1.3. A recepção da ideologia dos códigos civis oitocentistas europeus no Brasil do século XIX	14
2. A influência exercida pela Escola Histórica do Direito na codificação do direito civil brasileiro	20
2.1. A Escola Histórica do Direito como elemento pacificador do rigor legal imprimido pelo positivismo jurídico do século XIX	20
2.2. A Escola Histórica do Direito e a evolução natural do Direito	26
2.3. O costume como elemento identificador da Escola Histórica do Direito e sua importância para o desenvolvimento da codificação do Direito	28
2.4. A polêmica jurídica travada entre Thibaut e Savigny a respeito da codificação das leis civis na Alemanha do século XIX	30
2.5. O declínio da Escola Histórica do Direito e a moderna codificação civilista brasileira	36

Capítulo II - A Importância da Origem Histórica da Codificação do Direito Civil Brasileiro para Compreensão do Modelo Jurídico Atual

	39
1. O centralismo jurídico e o bartolismo como elementos integrantes da origem sócio-jurídica da legislação civilista brasileira	40
1.1. O Centralismo Jurídico	42
1.2. O Bartolismo	44
2. Antecedentes históricos que marcaram a consolidação das leis civis brasileiras	46

Localização: 347(81)

M188r

Código de barras: STJ00065212

3. A escravidão como óbice à elaboração da consolidação das leis civis e do Código Civil de 1916	52
4. Antecedentes históricos dos principais projetos do Código Civil Brasileiro de 1916	56
4.1. Projeto de Nabuco de Araújo	56
4.2. Projeto de Felício dos Santos	58
4.3. Projeto de Coelho Rodrigues	59
4.4. Projeto de Clóvis Beviláqua	63
5. Acontecimentos importantes que influenciaram a elaboração do Código Civil Brasileiro de 2002	71
5.1. O pluralismo jurídico incipiente na sociedade brasileira do começo do século XX	71
5.2. As transformações por que o mundo atravessava na primeira metade do século XX. O esvaziamento do conteúdo presente nos códigos civis	74
5.3. Os primeiros anteprojetos	77
6. A estrutura formal do Código Civil e seus relatores na Câmara dos Deputados e no Senado Federal	81
7. Os Acontecimentos históricos anteriores à Carta Federal de 1988 como óbices à elaboração do Código Civil	83
8. A entrada em vigor da Constituição de 1988 como óbice ao normal desenvolvimento da elaboração do Código Civil	85
9. A elaboração da Resolução nº 01/00 do Congresso Nacional, como técnica jurídica para agilizar o trâmite regimental do Código Civil	89
10. A demora na tramitação do projeto do Código Civil. Os efeitos causados pelo fator tempo às normas jurídicas codificadas	91
11. Diretrizes do Anteprojeto do novo Código Civil	101
12. A importância da atuação dos juristas na postergação, elaboração e (re)direcionamento da codificação civilista brasileira	111

Capítulo III – Os Três Princípios Norteadores do Novo Código Civil Brasileiro

1. O princípio da socialidade	115
1.1. A sociedade brasileira agrária do início do século XX e a sociedade urbana do início do século XXI	116
1.2. O princípio da socialidade e as normas pertinentes a direito social	123
1.3. Os dois aportes do princípio da socialidade no Código Civil	126
1.3.1. O princípio da socialidade e a função	

Localização: 347(81)

M188r

Código de barras: STJ00065212

social do contrato	126
1.3.1.1. A liberdade e a autonomia da vontade no modelo liberal do contrato	127
1.3.1.2. A liberdade,e a autonomia da vontade no modelo atual do contrato	131
1.3.2. O princípio da socialidade e a função social da propriedade	135
1.3.2.1. A concepção clássica/tradicional do direito de propriedade	135
1.3.2.2. A concepção atual do direito de propriedade: a função social	137
2. O princípio da eticidade	141
2.1. A visão aberta que deve possuir a moderna codificação e o preenchimento do Direito por meio de valores éticos	141
2.2. Situações legais previstas no Código Civil: a boa-fé objetiva	145
3. O princípio da operabilidade	150
3.1. O princípio da operabilidade como modelo da realizador do Direito	150
3.2. A presença de cláusulas gerais no Código Civil brasileiro como técnica legislativa adequada ao aperfeiçoamento da operabilidade do Direito	152
3.3. Situações legais previstas no código civil	158

Capítulo IV - A Criação de Microssistemas Jurídicos como Técnica Jurídica Capaz de Amainar a Crise do Direito Privado e suas Relações com o Direito Constitucional

1. A noção de sistema jurídico	161
2. A crise do Direito Civil clássico	170
2.1. A Constitucionalização do Direito Civil	173
2.2. A Publicização do Direito Civil e o Estado Social	176
3. A necessidade de codificar as leis civis	178
3.1 A definição de codificação	179
3.2. Objetivos da codificação das leis civis	181
4. Os microssistemas jurídicos e a descodificação do Direito Civil1	190
5. Outros paradigmas da modernidade que devem ser enfrentados pela nova visão codificadora das leis civis	198
6. O Código Civil como eixo central do Direito Civil	202
Considerações Conclusivas.	207

